

# A Produção Social dos Impactos das Transferências Condicionadas de Renda

por Alejandro Agudo Sanchiz, Universidad Iberoamericana – Cidade do México

**Supõe-se, frequentemente,** que a mera implementação de um modelo de política de Transferência Condicionada de Renda (PTC), com ênfase na alteração do comportamento ou das preferências dos beneficiários por meio de corresponsabilidades, poderá instituir a nova ordem social desejada pela sociedade. No entanto, esta suposição obscurece as relações de poder relativamente autônomas que ocorrem em âmbito local, entre as várias partes interessadas neste modelo de política, intermediários políticos e beneficiários, que influenciam o impacto final do PTC. As teorias convencionais de mudanças que informam os modelos causais que sustentam a maioria dos PTCs esquecem como os diferentes atores em determinada arena sociocultural defendem, de fato, seus interesses, produzindo os próprios contextos e alterando, assim, os resultados do PTC de formas imprevisíveis pelos formuladores de políticas (MOSSE, 2005).

Neste capítulo, Agudo Sanchiz (2012) discute os resultados de uma pesquisa qualitativa com o objetivo de avaliar os impactos do Programa antipobreza mexicano *Oportunidades*. Ele dá ênfase especial à forma como diferentes comunidades rurais de Chiapas e Oaxaca foram expostas às ideias que existem por trás da noção de contrato e corresponsabilidades e ainda como tais comunidades responderam, exatamente, quando os Programas foram postos em prática.

Algumas das relações sociais que afetam a implementação do *Oportunidades* em âmbito local foram influenciadas por instituições de longa data, conhecidas como “tequios” – um trabalho coletivo no qual os homens, tradicionalmente, contribuem com trabalho não remunerado para o benefício de sua comunidade. De acordo com Agudo Sanchiz, a implementação do *Oportunidades* nas áreas rurais altera a natureza dos tequios em muitas comunidades indígenas em Chiapas e Oaxaca. Os tequios passam a contar cada vez mais com os beneficiários do *Oportunidades*, em sua maioria mulheres, sob a lógica de que elas devem contribuir com algum trabalho para suas comunidades, precisamente porque são destinatárias de transferências governamentais. Da mesma forma, funcionários nos centros de saúde e escolas locais passaram a presumir que as mães beneficiárias tinham a “obrigação” de contribuir com uma determinada quantidade de horas de trabalho. Assim, mesmo que esse trabalho nunca tenha sido parte oficial das corresponsabilidades do *Oportunidades*, os tequios do sexo feminino já se tornaram um componente essencial em negociações com médicos, enfermeiros e professores locais que, por sua vez, muitas vezes recompensam e, portanto, reforçam o “contrato não oficial”, prometendo, por exemplo, não denunciar quando beneficiárias não comparecerem às consultas e oficinas de saúde, ou não atenderem a outras condições do PTC.

Para tornar a questão ainda mais complexa, além de trabalhar para as suas comunidades, as mães beneficiárias são pressionadas por prestadores de serviços públicos locais a fazer pagamentos para cobrir os custos de serviços e infraestruturas que nada têm a ver com o *Oportunidades*. E enquanto isso ocorre, o não cumprimento das corresponsabilidades verdadeiras é, muitas vezes, informalmente penalizado por meio de multas não previstas pelo Programa. Neste último caso, as multas são impostas pelas vocales, mulheres beneficiárias que as outras elegem como suas representantes oficiais e que são, ao mesmo tempo, encarregadas de organizar as equipes de trabalho do sexo feminino, em coordenação com as autoridades e prestadores de serviços locais. O valor das multas é definido de acordo com convenções locais: grandes somas são aplicadas aos pais que faltam às oficinas ou não podem levar seus filhos à escola ou a consultas médicas por trabalharem fora da comunidade, seguindo

a lógica das sanções impostas por faltar a assembleias comunitárias não relacionadas ao *Oportunidades*. Assim, as regras do Programa são informalmente adaptadas pelo uso de mecanismos informais de coerção já existentes na comunidade.

As vocales, assim como os médicos, enfermeiros, professores e outros prestadores de serviços locais, ilustram as novas e mutantes hierarquias de conhecimento e autoridade, que moldam e são moldadas por intervenções de desenvolvimento com base no princípio da corresponsabilidade. Essas mulheres demonstram algumas características dos quadros antigos (porém flexíveis) de liderança, que, em muitas comunidades rurais mexicanas, podem acomodar novas figuras de autoridade. As vocales até assumem responsabilidade por questões normalmente restritas aos homens, o que, às vezes, as avaliações de impacto entendem como uma indicação do empoderamento das mulheres na “esfera pública”.

De modo geral, Agudo Sanchiz concluiu que os sistemas de dever e sanções preexistentes modificam informalmente as regras e a lógica do Programa. Porém, ao mesmo tempo, têm o efeito de garantir o cumprimento das corresponsabilidades. Na prática, em vez de introduzir a ideia de agência e de uma parceria igualitária com o governo (tradicionalmente associada à noção de corresponsabilidades, na concepção do *Oportunidades*), a transferência do PTC é vista pelos beneficiários como um subsídio que, na realidade, é mediado por relações de poder desiguais entre os operadores locais do Programa – por exemplo, médicos, enfermeiros, professores – e as vocales e mães beneficiárias. Isso exige dos formuladores de políticas do PTC uma compreensão mais sutil do princípio da “autorregulação” transmitido pelos capacitadores do Programa durante as sessões de capacitação realizadas em âmbito local.

O discurso das corresponsabilidades, em que as famílias e o Estado são responsáveis pela melhoria do capital humano das crianças das famílias mais pobres, com base em princípios de restituição da igualdade, é drasticamente alterado pelas subjetividades locais e pelas relações de poder. Este último caso conta com uma noção diferente de reciprocidade, que se baseia essencialmente em práticas clientelistas, em que os provedores prestam favores em troca da gratidão de seus clientes, para garantir o “resultado” desejado da política.

#### Referências:

- AGUDO SANCHIZ, A. La construcción social del contexto de los programas de transferencias condicionadas.  
In: GONZÁLEZ DE LA ROCHA, M.; Latapi, A. E. (Coords.). *Pobreza, transferencias condicionadas y Sociedad*. México/D.F.: Publicaciones de la Casa Chata/Ciesas, 2012.  
MOSSÉ, D. *Cultivating Development. An Ethnography of Aid Policy and Practice*. London: Pluto Press, 2005.